



*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026 - REPUBLICAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19365/2026**

**UASG: 987563 – [www.Compras.gov.br](http://www.Compras.gov.br) nº 91022**

O Município de Foz do Iguaçu - PR, com sede na Praça Getúlio Vargas nº 260 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicadas, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO**, que será regido pela **Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Municipal nº 32.398/2024, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar nº 147/2014 com as alterações posteriores, e, no que couber**, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e endereço eletrônico [www.Compras.gov.br](http://www.Compras.gov.br) e no portal da transparência do Município [www.foz.pr.gov.br](http://www.foz.pr.gov.br)

**DATAS RELATIVAS AO CERTAME**

- **Pedidos de esclarecimentos:** até 3 (três) úteis antes da data de abertura;
- **Impugnações:** até 3 (três) úteis antes da data de abertura;
- **Recebimento das propostas:** até as 09 horas do dia **27/05/2026**;
- **Abertura e avaliação das propostas:** dia **27/05/2026**, a partir das 09:00 horas;
- **Início da sessão pública / lances:** dia **27/05/2026**, às 09:00 horas

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**ENDEREÇOS:**

**PREGOEIRO:** Julio César Nunes de Almeida

Fone: (45) 3521-1374 – email; [julio.pmf@gmail.com](mailto:julio.pmf@gmail.com)

Horário de expediente: das 08h às 14h.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Foz do Iguaçu – PR.

Acesso identificado no link – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL**

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo II – Modelo de Declaração Anticorrupção;
- Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo IV - Modelo de declaração de tratamento diferenciado ME e EPP;
- Anexo V - Minuta de Contrato.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação, por critério de julgamento de **menor preço por LOTE**, tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água e reservatórios nas dependências sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, com fornecimento de mão de obra e todo equipamento e material necessário à execução do serviço, incluindo substituição de bóias quando necessário, emissão de laudo de qualidade da água e certificado de limpeza e desinfecção, através da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência do edital e seus anexos.



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

1.2. O valor máximo da presente licitação é R\$ 89.786,12 (oitenta e nove mil setecentos e oitenta e seis reais e doze centavos).

## 1.3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE
10.001.10.302.0320	2194	339039	1.002/1.303
10.001.10.302.0320	2210	339039	1.496/1.303

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Foz do Iguaçu/PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.6. Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.7. Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.3.9. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





## Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 2.3.9.1. O impedimento de que trata o item 2.3.9. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante
- 2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:
- 2.4.1. SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.4.1.1. Art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.4.2. Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/licitacoes-municipais-impedidos-de-licitar/54/area/250>
- 2.4.3. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- 2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.
- 2.6. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

**Justificativa:** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação haja vista que o objeto a ser licitado não possui alta complexidade, não havendo a necessidade de reunir várias empresas de responsabilidade compartilhada para o fiel cumprimento contratual. A vedação do regime de consórcio não limitará a competitividade do presente procedimento licitatório e a vedação decorre de ato discricionário da Administração Municipal. Ademais, não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária por atos praticados ao longo da execução do Contrato, em especial, no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso umas das empresas, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

Para Marçal Justen Filho, “é usual que a Administração somente se autoriza a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação. O ato convocatório admitira ou não a participação de empresas em consórcio. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: lei 14.133/21, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 293.

Conquanto a opção pelo consórcio seja uma faculdade discricionária da Administração, essa escolha se justifica apenas sob certas circunstâncias, quando necessário aumentar a competitividade do certame em face da complexidade do objeto ou das circunstâncias do mercado. Ocorre que, no caso vertente, não se fazem presentes essas duas premissas: complexidade dos serviços pretendidos - se parcelados, conforme preconiza a lei - e peculiaridades do mercado. TCU. Acórdão 2395/2010 - Plenário.

### 3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

- 3.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.





# Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 3.2. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do(s) item(ns) e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.2. Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para o contrato.

- 3.3. Para o adequado cadastramento da proposta de preço, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, o atendimento as especificações do objeto constantes deste Edital.

- 3.4. O campo **'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado'** será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições:

- 3.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.5.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

- 3.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

## 3.6.1. Condições de participação.

3.6.1.1. Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

3.6.1.2. Declaro que minha proposta de preços econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

## 3.6.1.3. Declarações para fins de habilitação

3.6.1.3.1. Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

3.6.1.3.2. Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

3.6.1.3.3. Cumpro as exigências de reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

3.6.1.3.4. Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.6.1.3.5. Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

## 3.6.1.4. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

3.6.1.4.1. Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

3.6.1.4.2. Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;





## Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, campo próprio do ainda, em sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7.1. Nos item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 3.8. **Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.**

- 3.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

- 3.10. As propostas terão validade de **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

- 3.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

- 3.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

- 3.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

#### 4. DA SESSÃO PÚBLICA

- 4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”). Ou através do e-mail constante do preâmbulo do edital.
- 4.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 4.4. Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 4.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

#### 5. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

- 5.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto”**, conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.





## *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.
- 5.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:
- 5.3.1. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
- 5.3.2. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;
- 5.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 5.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

### **6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 6.3. **O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.**
- 6.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante.
- 6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.5.1. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5.2. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.
- 6.5.3. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.
- 6.6.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.7. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 6.7.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.
- 6.8. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de 0,25%**.
- 7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
- 7.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.







## Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 7.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.
- 7.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.3.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;
- 7.3.1.2. Não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

### 8. DO JULGAMENTO

- 8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por LOTE.

### 9. DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 9.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

### 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo III - Modelo de Proposta de Preços**, do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.
- 10.1.1. O prazo para envio da proposta é de, **no máximo (02) duas horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findo o prazo.
- 10.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
- 10.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 10.1.4. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, à licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 10.1.5. Em relação aos bens a serem fornecidos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.
- 10.1.6. A proposta será **desclassificada** quando:
- 10.1.6.1. conter vícios insanáveis;
  - 10.1.6.2. não atender às especificações técnicas solicitadas no edital;
  - 10.1.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
  - 10.1.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
  - 10.1.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
  - 10.1.6.6. **A Administração Pública** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.
- 10.1.7. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor máximo estipulado para cada item.
- 10.1.8. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.
- 10.1.9. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que **a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis**, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.1.10. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

## 11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III e IV, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.2. Os documentos exigidos que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação

11.1.3. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 11.2. A licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

### 11.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 11.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** (última alteração ou a consolidação) em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;







# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 11.2.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 11.2.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- 11.2.1.4. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 11.2.1.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

## **11.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 11.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 11.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- 11.2.2.3. Prova de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conforme Portaria Conjunta RFB / PGFN nº.1.751 de 02/10/2014.
- 11.2.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 11.2.2.5. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei.
- 11.2.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.
- 11.2.2.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

**11.2.3. Licença de funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária** da Secretaria de Saúde do Município, a que pertencer a empresa licitante, em vigência, do Estado ou Órgão/entidade com competência equivalente e legalmente reconhecida.

## **11.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 11.2.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação de execução de serviços de limpeza de reservatórios de porte similar, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;
- 11.2.4.2. Havendo dúvidas quanto a regularidade ou inconsistências dos atestados, o Pregoeiro realizará diligência para verificação destes, ou exigir outros documentos para comprovação (Contrato de Fornecimento e/ou Nota Fiscal), na forma previsto na lei;

## **11.2.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

11.2.5.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo Distribuidor Judicial competente da sede da licitante; quando não mencionar a data de validade, na mesma será considerada com validade de **12 (doze) meses**;

11.2.5.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

## 11.3. PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS:

11.3.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o **item 11** é de, **no mínimo 02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.3.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**11.3.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedido pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.**

11.4. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 90 (noventa) dias corridos.

**11.4.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado;**

11.5. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.6. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual.

11.6.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.6.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**11.6.3. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.**

11.7. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

11.7.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## 12. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

- 12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.
- 12.2 **Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.**

## 13. DO RECURSO

- 13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo **mínimo de 10 (dez)** minutos do término do julgamento das propostas, e **após** o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 13.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br
- 13.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 13.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.
- 13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.
- 13.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 13.2.2. O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado ao Pregoeiro, nos termos §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.
- 13.3. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

## 15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura do termo de contrato, conforme modelo constante do **Anexo V – Minuta do Contrato**.
- 15.2. A adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.
- 15.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.
- 15.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.





## Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 15.4. Na hipótese da cláusula acima, os licitantes remanescentes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou retirar o instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 15.5. Caso nenhum dos licitantes aceite contratar nos termos previstos na cláusula 15.4, administração, observados o valor estimado, poderá:
- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
  - b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 15.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), o Cadastro do Município e o Cadastro de empresas punidas pelo TCE/PR e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
- 15.7. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a cláusula 15.6, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.
- 15.8. Para proceder a assinatura eletrônica do contrato, o responsável, pela assinatura do documento, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28.900/2021-PMFI - Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>
16. **GESTOR DO CONTRATO**
- 16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133 de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 16.2. A Gestão da contratação será realizada em conformidade com o previsto no Art. 117 da lei nº 14.133/21, sendo exercido pelo servidor **Gestor do Contrato: José Aparecido dos Santos - Agente Administrativo Pleno.**
- 16.3. A fiscalização da contratação será realizada em conformidade com o previsto no Art. 117 da lei nº 14.133/21 e documentos complementares, sendo exercida pelo servidor **Fiscal Técnico do Contrato: Celso Toshikazu Toma - Cirurgião Dentista Pleno.**
- 16.4. A comunicação entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 16.5. O fiscal do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providencias que devem ser cumpridas de imediato;
- 16.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei 14.133 de 2021, art. 117, caput).
- 16.7. O fiscal do contrato acompanhará a entrega do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato e neste termo de referência de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Municipal;
- 16.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no §1º, do art. 117, da Lei 14.133/2021;





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 16.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção;
  - 16.10. O Fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
  - 16.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
  - 16.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a previsão de término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva, à prorrogação contratual ou a realização de nova licitação, conforme o caso;
  - 16.13. O fiscal do contrato, quando designado, ou o gestor do contrato, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
  - 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato, se designado, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
  - 16.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração municipal;
  - 16.16. O fiscal ou o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da(s) despesa(s).
  - 16.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, **informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;**
  - 16.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, quando for o caso, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
  - 16.19. O gestor do contrato tomará providências para solicitar autorização para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções;
  - 16.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17. DO PAGAMENTO**
- 17.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





## *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 17.2. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.
- 17.3. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.
- 17.4. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

### • Forma de pagamento

- 17.5. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.
- 17.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 17.9. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 17.10. O faturamento deverá ser apresentado e protocolado, em uma via original, no protocolo geral na sede da contratante;
- 17.11. É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, na forma contida no Decreto Municipal nº 21.524 de 02 de agosto de 2012, expedida em conformidade com a legislação federal (Protocolo ICMS 42/2009).

### 18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:
- 18.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 18.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 18.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 18.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 18.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 18.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - 18.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
  - 18.1.8. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;







# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 18.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 18.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
  - 18.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 18.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 18.1.2., 18.1.3., 18.1.4., 18.1.5., 18.1.6. e 18.1.7., do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 18.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 18.1.8., 18.1.9., 18.1.10. e 18.1.11 dos subitens acima deste Contrato, bem como nas alíneas 18.1.2., 18.1.3., 18.1.4., 18.1.5., 18.1.6. e 18.1.7., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
  - 18.2.4. **Multa:**
    - 18.2.4.1. Moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega, sendo que a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total do Contrato, incidindo sanções específicas;
    - 18.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, configurando inexecução parcial do contrato;
    - 18.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 18.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na legislação. A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:
  - 18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 18.3.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
  - 18.3.5. O caráter educativo da pena.
- 18.4. As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização;
- 18.5. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras;
- 18.6. Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- 18.7. Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro;
- 18.8. Quando da aplicação de multas, o CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 10 (dez) dias para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis;
- 18.9. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na entrega advier de caso fortuito ou de força maior.



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

#### 19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 19.1. Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico ao [julio.pmfi@gmail.com](mailto:julio.pmfi@gmail.com)
- 19.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação;
  - 19.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.
  - 19.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 19.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 19.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [julio.pmfi@gmail.com](mailto:julio.pmfi@gmail.com).
  - 19.4.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.
- 19.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br para acompanhamento dos interessados;

#### 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.
- 20.2. Os atos normativos do Município de Foz do Iguaçu/PR referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico [www.foz.pr.gov.br](http://www.foz.pr.gov.br)
- 20.3. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 20.4. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.
- 20.5. É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos;
- 20.6. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação;
- 20.7. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão;
- 20.8. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 20.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 20.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





## *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

- 20.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.15. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam ao Município de Foz do Iguaçu/PR, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.
- 20.16. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- Aviso de Licitação deste Edital será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP, Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, Diário Oficial do Estado do Paraná, Diário Oficial da União (quando a licitação comportar recursos federais) e Jornal de Circulação Estadual.
- 20.17. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.Compras.gov.br](http://www.Compras.gov.br) e no portal da transparência do Município [www.foz.pr.gov.br](http://www.foz.pr.gov.br).
- 20.18. Aplica-se a este edital, no que couber, as vedações do artigo 48, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21. DO FORO**
- 21.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, com exclusão de qualquer outro.

Larissa Ferreira  
**Secretária Municipal da Administração e Recursos Humanos**

Fábio de Mello  
**Secretário Municipal de Saúde**

**ANEXO I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

Definição do objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água e reservatórios nas dependências sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, com fornecimento de mão de obra e todo equipamento e material necessário à execução do serviço, incluindo substituição de bóias quando necessário, emissão de laudo de qualidade da água e certificado de limpeza e desinfecção, conforme condições, quantidades e especificações deste Termo de Referência, por um período de 12 meses.

LOTE UNICO					
Item	Qtd	Unid	Descrição	PREÇO UNITARIO R\$	Valor Total R\$
1	40	Unid	Prestação de serviço especializado para limpeza, desinfecção e higienização de caixa d'água com capacidade de <u>500 litros</u> . Escopo do Serviço: a) Limpeza mecânica e higienização do reservatório; b) Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e produtos químicos necessários para a execução do serviço; c) Vistoria da válvula de bóia e, caso necessário, sua substituição, com o fornecimento da peça nova incluso no valor do serviço.	289,25	11.570,00
2	160	Unid	Prestação de serviço especializado para limpeza, desinfecção e higienização de caixa d'água com capacidade de <u>1.000 litros</u> . Escopo do Serviço: a) Limpeza mecânica e higienização do reservatório; b) Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e produtos químicos necessários para a execução do serviço; c) Vistoria da válvula de bóia e, caso necessário, sua substituição, com o fornecimento da peça nova incluso no valor do serviço.	325,41	52.065,60
3	26	Unid	Prestação de serviço especializado para limpeza, desinfecção e higienização de caixa d'água com capacidade de <u>2.000 litros</u> . Escopo do Serviço: a) Limpeza mecânica e higienização do reservatório; b) Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e produtos químicos necessários para a execução do serviço; c) Vistoria da válvula de bóia e, caso necessário, sua substituição, com o fornecimento da peça nova incluso no valor do serviço.	373,18	9.702,68
4	8	Unid	Prestação de serviço especializado para limpeza, desinfecção e higienização de caixa d'água com capacidade de <u>3.000 litros</u> . Escopo do Serviço: a) Limpeza mecânica e higienização do reservatório; b) Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e produtos químicos necessários para a execução do serviço; c) Vistoria da válvula de bóia e, caso necessário, sua substituição, com o fornecimento da peça nova incluso no valor do serviço.	462,77	3.702,16



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

5	4	Unid	Prestação de serviço especializado para limpeza, desinfecção e higienização de caixa d'água com capacidade de <b>5.000 litros</b> . Escopo do Serviço: a) Limpeza mecânica e higienização do reservatório; b) Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e produtos químicos necessários para a execução do serviço; c) Vistoria da válvula de bóia e, caso necessário, sua substituição, com o fornecimento da peça nova incluso no valor do serviço.	597,43	2.389,72
6	12	Unid	Prestação de serviço especializado para limpeza, desinfecção e higienização de caixa d'água com capacidade de <b>10.000 litros</b> . Escopo do Serviço: a) Limpeza mecânica e higienização do reservatório; b) Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e produtos químicos necessários para a execução do serviço; c) Vistoria da válvula de bóia e, caso necessário, sua substituição, com o fornecimento da peça nova incluso no valor do serviço.	713,33	8.559,96
7	2	Unid	Prestação de serviço especializado para limpeza, desinfecção e higienização de caixa d'água com capacidade de <b>30.000 litros</b> . Escopo do Serviço: a) Limpeza mecânica e higienização do reservatório; b) Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e produtos químicos necessários para a execução do serviço; c) Vistoria da válvula de bóia e, caso necessário, sua substituição, com o fornecimento da peça nova incluso no valor do serviço.	898,00	1.796,00
TOTAL GERAL R\$					89.786,12

## Método Matemático para calculo do valor estimado:

Se Coeficiente de Variação menor que 25%, Média Aritmética Simples;

Se Coeficiente de Variação maior que 25%, Média Saneada.

Conforme Nota Técnica - AudTI/TCU 8/2023 "A doutrina matemática trata o "Coeficiente de Variação" ou "CV" como uma maneira segura de definir se uma amostra é razoavelmente homogênea, sendo calculado como a razão entre o Desvio Padrão e a Média de um conjunto de dados ou "amostra". Fornece uma medida para a homogeneidade dos dados. Quanto menor o CV, mais homogênea a amostra. Em geral, um coeficiente de variação menor que 25% indica razoável homogeneidade. Usando o CV como parâmetro de homogeneidade do conjunto de dados, pode-se expurgar os extremos inferiores e superiores, de tal forma a obter CV menor que 25%. Para delimitar esses extremos, calcula-se a média mais (+) o desvio padrão (limite superior) e a média menos (-) o desvio padrão (limite inferior). O que estiver fora dessa faixa é eliminado." (Franklin Brasil, 2015, p. 42)

**Após obtenção dos orçamentos, calculada a média, o desvio padrão e o coeficiente de variação (desvio padrão/média x 100), foi realizada a análise crítica dos preços obtidos na pesquisa, a fim de descartar valores que apresentem grandes variações em relação aos demais (quando o coeficiente de variação for superior a 25%). Nestes casos, de amostra heterogênea, a média saneada é obtida pela média dos itens que se enquadram dentro dos limites inferiores e superiores de preços. Nos demais casos, de amostra homogênea (coeficiente de variação inferior ou igual a 25%), as médias saneadas são as mesmas da média simples dos preços obtidos.**

**Pregão 055/2024 - processo realizado por litros, homologado a R\$ 0,12/litro.**

## Tabela 1 - DESCRITIVOS E VALORES UNITÁRIOS

**Obs: A empresa vencedora deverá contratualizar à totalidade do lote, não sendo admitida a contratação parcial por itens isolados.**

A empresa deverá ser emitido um laudo para cada local discriminando as caixas de água. EX: se em um local houver duas caixas de água a contratada emitirá um laudo referente a unidade de saúde XXX referente as caixas de água de 500 litros e 100 litros.





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

**1.2. Em caso de divergência entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, CATMAT/CATSER "SIASG" OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá sempre à descrição deste Termo de Referência.**

## 1.3. Natureza do Serviço e Vigência

- 1.3.1. O objeto desta contratação é enquadrado como **serviço continuado**, dada a necessidade de manutenção permanente dos padrões de potabilidade da água e segurança sanitária das unidades de saúde.
- 1.3.2. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 1.3.3. Por se tratar de serviço continuado, a vigência poderá ser prorrogada por períodos sucessivos, até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem para a Administração.

**1.4.** A execução dos serviços ocorrerá de forma intermitente, conforme a necessidade da Secretaria, mediante a expedição de Ordens de Serviço (OS) e emissão da respectiva Nota de Empenho.

**1.5.** O início da prestação dos serviços dar-se-á após a formalização do contrato e o recebimento da primeira Ordem de Serviço, respeitados os prazos de planejamento e execução definidos neste Termo.

**1.6.** A existência do contrato de 12 meses não obriga a Administração à execução total do quantitativo estimado, que ficará adstrita à emissão das ordens de serviço ao longo do período de vigência.

**1.7.** O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 1.8. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

**1.9.** Justificativa: Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação haja vista que o objeto a ser licitado não possui alta complexidade, não havendo a necessidade de reunir várias empresas de responsabilidade compartilhada para o fiel cumprimento contratual. A vedação do regime de consórcio não limitará a competitividade do presente procedimento licitatório e a vedação decorre de ato discricionário da Administração Municipal. Ademais, não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária por atos praticados ao longo da execução do Contrato, em especial, no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso uma das empresas, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

**1.10.** Para Marçal Justen Filho, "é usual que a Administração somente se autoriza a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação. O ato convocatório admitira ou não a participação de empresas em consórcio. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: lei 14.133/21, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 293.

**1.11.** Conquanto a opção pelo consórcio seja uma faculdade discricionária da Administração, essa escolha se justifica apenas sob certas circunstâncias, quando necessário aumentar a competitividade do certame em face da complexidade do objeto ou das circunstâncias do mercado. Ocorre que, no caso vertente, não se fazem presentes essas duas premissas: complexidade dos serviços pretendidos - se parcelados, conforme preconiza a lei - e peculiaridades do mercado. TCU. Acórdão 2395/2010 - Plenário.

**1.12.** O contrato de prestação de serviços era início após a conclusão do presente processo licitatório e assinatura do contrato.

**1.13.** Em caso de prorrogação de contrato e necessidade de reajuste do valor do objeto deste termo de referência está previsto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371







*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Prefeitura de Foz do Iguaçu, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, enfrenta a iminente descontinuidade de um serviço crítico, uma vez que o contrato vigente para a limpeza e conservação das caixas d'água em 46 unidades de saúde venceu em 29/09/2025.

2.2. A falta deste serviço especializado gera um risco duplo e imediato. Do ponto de vista da infraestrutura, o acúmulo de resíduos pode danificar e entupir o sistema hidráulico, causando interrupções no funcionamento das unidades. Contudo, o problema mais grave é o risco à saúde pública, pois a água imprópria, contaminada por focos desenvolvidos nos reservatórios sujos, compromete diretamente a potabilidade do recurso. Isso coloca em perigo a saúde de servidores, pacientes e usuários do SUS, podendo levar à transmissão de doenças.

2.3. Esta Secretaria da Saúde entende que a contratação do serviço deverá ser em lote, não sendo admitida a contratação parcial dos itens isolados.

2.4. Tal exigência fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e econômicos, conforme exposto a seguir:

### 2.4.1. Natureza do objeto

2.4.1.1. Os serviços licitados possuem mesma natureza técnica, diferenciando-se apenas pela capacidade volumétrica dos reservatórios (500 a 30.000 litros). O método de execução, os insumos utilizados, os equipamentos empregados, as exigências sanitárias e as normas de segurança aplicáveis são essencialmente os mesmos para todos os itens, o que caracteriza o objeto como tecnicamente indivisível sob o ponto de vista operacional.

### 2.4.2. Racionalização da execução e logística.

2.4.2.1. A execução dos serviços ocorrerá em unidades de saúde distribuídas em diversos locais, exigindo planejamento logístico integrado, deslocamento de equipes especializadas, transporte de equipamentos, insumos e EPIs, bem como gestão unificada de cronograma. A fragmentação do lote entre diferentes contratadas comprometeria a eficiência operacional, aumentaria o risco de sobreposição de atividades e poderia gerar impactos no funcionamento das unidades de saúde.

### 2.4.3. Padronização Técnica e Sanitária

2.4.3.1. A contratação de um único fornecedor para todo o lote assegura uniformidade dos procedimentos de limpeza, desinfecção e higienização, padronização dos produtos químicos utilizados (aprovados pela ANVISA), dos métodos de trabalho e da emissão de certificados e laudos microbiológicos, garantindo maior controle sanitário e rastreabilidade das ações executadas.

### 2.4.4. Economicidade e vantajosidade da contratação.

2.4.4.1. A pesquisa de preços e a formação do valor estimado, realizadas com base em médias saneadas e critérios estatísticos reconhecidos, demonstram que a execução integral do lote possibilita ganhos de escala, diluição de custos fixos (mobilização de equipe, equipamentos, transporte e análises laboratoriais) e maior competitividade dos preços ofertados, em consonância com o princípio da economicidade.

### 2.4.5. Gestão e fiscalização contratual.

2.4.5.1. A contratação integral do lote facilita o acompanhamento, a fiscalização e a gestão do contrato pela Administração, reduzindo riscos de conflitos de responsabilidade, divergências técnicas entre prestadores distintos e dificuldades na apuração de eventuais falhas na execução.





## *Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

2.5. Portanto, a contratação em lote trata-se da melhor solução que atende ao interesse público, assegurando eficiência, padronização, economicidade e adequada execução do objeto, nos termos da Lei nº. 14.133/2021 e das boas práticas de governança nas contratações públicas.

### 2.6. Objetivos da contratação:

2.6.1. Assegurar que a água consumida e utilizada nas unidades de saúde atenda aos padrões de potabilidade, prevenindo a transmissão de doenças e protegendo a saúde de usuários, servidores e pacientes do SUS.

2.6.2. Eliminar focos de contaminação por sujeiras e resíduos nas caixas d'água, reduzindo diretamente a incidência de problemas de saúde relacionados ao consumo de água imprópria entre a população atendida pelo SUS.

2.6.3. Evitar interrupções no atendimento ao público causadas por danos na rede hidráulica, garantindo que as unidades de saúde mantenham seu pleno funcionamento para atender às demandas da comunidade.

2.6.4. Conservar a infraestrutura das unidades de saúde e aumentar a vida útil dos reservatórios, assegurando que os investimentos em saúde sejam direcionados prioritariamente para o atendimento da população, e não para o custeio de consertos e emergências evitáveis.

### 2.7. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração

2.7.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 91, inciso II, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, registra-se que a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026.

2.7.2. Os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar, que consiste na Contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água e reservatórios nas dependências sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, com fornecimento de mão de obra e todo equipamento e material necessário à execução do serviço, incluindo substituição de bóias quando necessário, emissão de laudo de qualidade da água e certificado de limpeza e desinfecção, conforme condições, quantidades e especificações deste Termo de Referência, por um período de 12 meses, está expressamente previsto no PCA 2026 do Município, o qual foi regularmente publicado e encontra-se disponível para consulta pública tanto no Portal da Transparência Municipal quanto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos seguintes endereços eletrônicos:

2.7.3. <https://transparencia.foz.pr.gov.br/portaltransparencia/1/publicacoes/36/8248>

2.7.4. <https://pncp.gov.br/app/pca/76206606000140/2026>

2.7.5. O DFD para a referida contratação encontra-se na página 22 no número 759/2026 a demanda foi adequadamente planejada, consolidada e incorporada ao planejamento anual das contratações, em consonância com as prioridades institucionais da Secretaria Municipal da Saúde e com os objetivos estratégicos da Administração Municipal.

2.7.6. Ressalte-se que o objeto possui natureza de prestação de serviço essencial e de uso contínuo, indispensável à execução regular dos serviços de saúde prestados pelo Município, conforme detalhado no diagnóstico e na estimativa de consumo constantes deste DFD.

2.7.7. O alinhamento com o PCA 2026, aliado à compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), demonstra a regularidade do planejamento da contratação, atendendo às diretrizes de governança, racionalidade administrativa, transparência e eficiência exigidas pela Lei nº 14.133/2021 e pela jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

2.7.8. Dessa forma, resta comprovado que a presente contratação observa integralmente o planejamento anual das contratações do Município, não havendo qualquer óbice sob a ótica do PCA, encontrando-se o procedimento apto à sua regular tramitação.





*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

### 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O SEU CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

**3.1.** O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços continuados de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água e reservatórios instalados nas unidades sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, abrangendo todas as etapas necessárias para assegurar a potabilidade da água, a segurança sanitária, a conservação da infraestrutura e a continuidade dos serviços públicos de saúde.

**3.2.** A contratação contempla o fornecimento integral da solução, compreendendo mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, produtos sanitizantes aprovados pela ANVISA, equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como veículo para deslocamento das equipes, substituição de válvulas de bóia quando necessário, emissão de certificado de higienização e laudo de análise microbiológica da água, sem qualquer ônus adicional à Administração.

#### 3.3. Ciclo de vida do objeto

**3.3.1.** O ciclo de vida da contratação inicia-se com o planejamento e agendamento dos serviços, a partir da emissão da ordem de serviço pela Administração, incluindo vistoria prévia dos reservatórios, verificação das condições de acesso, dimensionamento dos recursos necessários e definição do cronograma de execução em conjunto com os responsáveis pelas unidades de saúde.

**3.3.2.** Na fase de execução, os serviços compreendem:

- Esgotamento controlado da água existente;
- Limpeza mecânica das superfícies internas;
- Remoção de resíduos, lodo e materiais contaminantes;
- Desinfecção com produtos adequados e devidamente registrados;
- enxágue, vedação e reabastecimento dos reservatórios;
- Verificação e eventual substituição de válvulas de bóia;
- Descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados.

**3.4.** Concluída a execução, a contratada deverá emitir o certificado de limpeza e desinfecção e o laudo microbiológico, assinados por responsável técnico habilitado, atestando a conformidade da água com os padrões de potabilidade vigentes. Caso o laudo indique resultado insatisfatório, o serviço deverá ser executado sem custos adicionais, garantindo a efetividade do objeto contratado.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1.** Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta e as especificações e quantidades do objeto.

**4.2.** A Contratada deverá manter equipe apta e disponível para realizar os serviços a partir da assinatura do contrato;

**4.3.** O cronograma de execução dos serviços será elaborado pela CONTRATADA;

**4.4.** Os serviços serão executados mediante expedição de ordem de serviço e emissão de nota de empenho pela SMSA;

**4.5.** No ato da assinatura do contrato a empresa deverá apresentar: Declaração de responsabilidade técnica indicando o responsável técnico pela execução do objeto até o seu recebimento definitivo pelo contratante, devendo a declaração conter o nome, CPF e assinatura do profissional da empresa. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do órgão licitador.

**4.6.** Por tratar de serviço em ambiente de risco, a empresa deve apresentar:

- 4.6.1. NR-33 (Espaço Confiado): Certificados de treinamento para os trabalhadores que entrarão nos reservatórios.
- 4.6.2. NR-35 (Trabalho em Altura): Certificados de treinamento para serviços em locais elevados.
- 4.6.3. PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) atualizados.

**4.7.** A partir do recebimento da ordem de serviço a contratada terá o prazo de até 03 dias úteis para visitar o local indicado e fazer o planejamento (verificar acesso às caixas d'água, local apropriado para escoamento e equipamentos e materiais necessários);



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





## Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 4.8. A Contratada deverá combinar dia e horário para execução do serviço com o gerente ou coordenador do local de modo a minimizar o impacto da falta de água no estabelecimento, durante a realização da limpeza;
- 4.9. Após a visita de planejamento a contratada terá até 15 dias úteis para realização do serviço de limpeza da caixa d'água, cisternas e reservatórios;
- 4.10. Caso não seja possível realizar o serviço na data prevista, a Contratada deverá informar ao Fiscal do Contrato e ao responsável pela estrutura, a nova data e horário de execução do serviço.
- 4.11. O registro de entrada de água na caixa d'água deverá ser fechado com antecedência à execução do serviço, para que haja o consumo de boa parte do conteúdo da caixa e, assim, minimizar o desperdício durante a limpeza/higienização;
- 4.12. Atendimento aos critérios de habilitação e atendimento as condições de execução do objeto.
- 4.13. Nos preços cotados dos serviços deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e proposta.
- 4.14. Na execução do serviço a empresa contratada deverá:**
- 4.14.1. Checar as condições gerais do reservatório, tampa e bóia;
- 4.14.2. Obstruir as saídas de distribuição da caixa, a fim de não introduzir lodo, sujeiras ou resíduos na tubulação;
- 4.14.3. A Contratada deverá utilizar a água restante no fundo da caixa para primeira limpeza; promover a higienização das partes da caixa, paredes, tampa e outros;
- 4.14.4. Efetuar a retirada de toda sujeira e esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; desinfecção e enxágue; fechamento e vedação da caixa d'água com a tampa; reabastecimento do reservatório e liberação do consumo;
- 4.14.5. No processo de desinfecção utilizar o Hipoclorito de Sódio ou outro produto aprovado pela ANVISA, compatível com o serviço;
- 4.14.6. A contratada deverá comprovar treinamento dos funcionários conforme estabelece a NBR 33 (trabalho em espaço confinado) e NBR 35 (trabalho em altura);
- 4.14.7. Fica a contratada responsável pela substituição das bóias, sempre que necessárias, mediante solicitação da contratante ou quando verificada a necessidade no ato da limpeza (esse item é necessário para que, havendo a necessidade da troca da bóia, não seja necessário, naquele momento, chamar outro prestador de serviço ou servidor para realizar a troca, acarretando uma demora para a finalização da limpeza);
- 4.14.8. O escoamento da água contida nos reservatórios é de responsabilidade da contratada, devendo efetuar a verificação prévia do melhor local a ser despejada, vindo a responder por eventuais danos causados a outrem, em detrimento de procedimento realizado de forma equivocada ou em local não adequado;
- 4.14.9. A cada limpeza de caixa d'água deverá ser emitido o certificado de higienização, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- 4.14.9.1. Nome da empresa contratada;
- 4.14.9.2. CNPJ;
- 4.14.9.3. Número de telefone;
- 4.14.9.4. Nome e endereço do local onde foi realizado o serviço;
- 4.14.9.5. Relação das caixas d'água e seus respectivos volumes;
- 4.14.9.6. Data da realização da limpeza;
- 4.14.9.7. Produto sanitizante utilizado na desinfecção;
- 4.14.9.8. Assinatura do responsável.
- 4.14.10. A empresa deverá enviar, também, imagens fotográficas das caixas d'água antes da limpeza e após.
- 4.14.11. A Contratada deverá emitir laudo de análise microbiológica da água atestando sua potabilidade, assinado por responsável técnico com registro em Conselho de Classe compatível com a execução do serviço.
- 4.14.12. É obrigatória a utilização de EPIs por parte dos funcionários da contratada, sendo que a não utilização ensejará em notificação por descumprimento das regras de segurança do trabalho;
- 4.14.13. A contratada será responsável pelo fornecimento de produtos (materiais), equipamentos, ferramentas, equipamentos de proteção individual – EPIs e quaisquer outras despesas decorrentes da execução do serviço.
- 4.14.14. O certificado de higienização e o laudo de análise da água deverão ser enviados por meio eletrônico no e-mail [manusaudefoz@gmail.com](mailto:manusaudefoz@gmail.com), em até 05 dias úteis após a realização do serviço. O envio do laudo, atestando a qualidade da água, é condição para certificação da nota fiscal e envio para pagamento.
- 4.14.15. Caso o laudo ateste que a qualidade da água seja insatisfatória, a empresa deverá refazer o serviço e realizar novo teste de qualidade, sem ônus para a Contratante;

6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





## *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

4.14.16. A contratada deverá indicar nome de um representante para contato com o Gestor e Fiscal do Contrato a fim de fornecer informações sobre a execução dos serviços. Também deverá ser disponibilizado número de telefone e endereço de e-mail;

4.14.17. Qualquer dano causado pelos funcionários/colaboradores da contratada à Administração Pública, durante a execução dos serviços (danos à caixa d'água, danos ao telhado, etc), deverá ser reparado no prazo de até 24 horas;

4.14.18. Os serviços serão prestados de segunda à sexta-feira. Nos casos em que houver dificuldade de atuação em dias de expediente, poderão ser programados em dias de final de semana, devendo ser acompanhado por servidor designado.

4.14.19. Nos imóveis que tiverem telhas retiradas para execução dos serviços, a Contratada deverá proceder com a adequada recolocação e fixação.

4.14.20. Proceder à limpeza e remoção de resíduos e do lixo resultante dos serviços para local apropriado, dando destinação correta.

4.14.21. É responsabilidade da contratada, providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com deslocamento, produtos, materiais, equipamentos, laudos, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas que houver.

4.15. Não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas ao término do contrato.

### • Sustentabilidade

4.16. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.16.1. Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;

4.16.2. Os materiais utilizados devem ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.17. Os possíveis impactos ambientais são monitorados e mitigados por meio do cumprimento de normas ambientais vigentes, garantindo a conformidade com práticas sustentáveis. A empresa contratada deve adotar medidas para minimizar seu impacto ambiental, como a gestão adequada de resíduos, a redução do consumo de recursos naturais e a conformidade com regulamentações específicas.

4.18. É essencial que a contratada esteja alinhada com as diretrizes ambientais, assegurando a responsabilidade ambiental ao longo de todo o ciclo de fornecimento, até a execução do serviço. O monitoramento constante e a conformidade com padrões ambientais são fundamentais para garantir a sustentabilidade da operação e minimizar possíveis impactos adversos ao meio ambiente.

4.19. Considerando a análise dos impactos ambientais e a legislação aplicável, a inclusão da logística reversa como obrigação da arrematante não é necessária para este processo específico. A prática de logística reversa é mais pertinente em contratos que envolvem a produção ou comercialização de produtos com alto potencial de geração de resíduos, como eletrônicos e embalagens. No contexto deste edital, não há evidências que justifiquem a necessidade de imposição desta obrigação.

4.20. Informamos ainda que esta Secretaria de Saúde possui contrato nº.183/2021 com a empresa Servioeste Soluções Ambientais LTDA responsável pela coleta e destinação final do lixo hospitalar, sendo assim não se aplica a logística reversa.

### • Subcontratação

4.21. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

4.22. É admitida a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outrem, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no edital original; sejam mantidas as condições estabelecidas no contrato; não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência prévia e expressa da Administração, conforme o art. 110, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

### • Garantia da contratação

4.22.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.







# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

4.22.2. A contratada garante a qualidade dos serviços de limpeza e desinfecção pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses (ou até a próxima higienização programada), assegurando que os reservatórios permaneçam livres de agentes contaminantes decorrentes de falha na execução do serviço.

4.22.3. Caso o laudo de potabilidade ou a inspeção técnica do Fiscal do Contrato apresente resultado insatisfatório, a contratada deverá promover o refazimento integral do serviço (incluindo nova higienização e novos testes laboratoriais) no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus adicional à Administração.

4.22.4. A natureza do objeto não prevê assistência técnica continuada de longo prazo. Contudo, durante o período de garantia técnica, a contratada fica obrigada a prestar assistência para correção de vícios ou defeitos decorrentes dos serviços executados, inclusive quanto ao funcionamento das boias substituídas.

4.22.5. O dever de refazimento e correção de falhas não exime a contratada das sanções administrativas cabíveis em caso de reincidência ou negligência.

## • Logística Reversa

4.23. Considerando o objeto da contratação não há necessidade de logística reversa.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto será executado de forma indireta, por meio da contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada por preço unitário, considerando que os serviços serão demandados conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço.

5.2. A execução ocorrerá de maneira parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da Secretaria da Saúde, mediante emissão de Ordens de Serviço, respeitados os quantitativos estimados e o prazo de vigência contratual.

5.2.1. A execução dos serviços terá início após:

5.2.1.1. Assinatura do contrato administrativo;

5.2.1.2. Emissão da respectiva nota de empenho; e

5.2.1.3. Expedição da Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal da Saúde.

5.3. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a autorização formal da Administração.

5.4. Recebida a Ordem de Serviço, a contratada deverá, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, realizar visita técnica prévia ao local indicado, com a finalidade de:

5.4.1. Verificar condições de acesso aos reservatórios;

5.4.2. Identificar o melhor local para escoamento da água;

5.4.3. Definir os equipamentos, materiais, EPIs e equipe necessários; e

5.4.4. Planejar a logística de execução

5.5. O cronograma de execução será elaborado pela contratada e deverá ser previamente acordado com o gestor ou responsável pela unidade de saúde, de modo a minimizar impactos no abastecimento de água e na continuidade dos serviços públicos.

5.6. A execução compreenderá, no mínimo:

5.6.1. Limpeza mecânica, higienização e desinfecção das caixas d'água, cisternas e reservatórios;

5.6.2. Utilização de produtos sanitizantes aprovados pela ANVISA;

5.6.3. Verificação das condições estruturais dos reservatórios, tampas e válvulas de bóia, com substituição das bóias quando necessário;

5.6.4. Esgotamento e destinação ambientalmente adequada da água residual e dos resíduos gerados;

5.6.5. Reabastecimento dos reservatórios e liberação para consumo.

5.7. Os serviços deverão ser executados por equipe devidamente capacitada, observando rigorosamente as normas de segurança do trabalho, especialmente a NR 33 (espaços confinados) e a NR 35 (trabalho em altura), sendo obrigatória a utilização de EPIs adequados.

5.8. Após a realização da visita técnica de planejamento, a contratada terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para a conclusão dos serviços em cada local indicado, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela fiscalização do contrato.

5.9. Concluída a execução dos serviços, a contratada deverá:

5.9.1. Emitir Certificado de Limpeza e Desinfecção, conforme exigências do Termo de Referência;

5.9.2. Apresentar registro fotográfico dos reservatórios antes e após a execução; e







# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

5.9.3. Encaminhar laudo de análise microbiológica da água, atestando sua potabilidade, assinado por responsável técnico legalmente habilitado.

5.10. O recebimento definitivo dos serviços e o atesto da nota fiscal ficam condicionados à apresentação e validação dessa documentação.

5.11. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, ao qual competirá:

5.11.1. Verificar a conformidade dos serviços com as especificações contratuais;

5.11.2. Registrar ocorrências;

5.11.3. Exigir correções quando constatadas irregularidades; e

5.11.4. Atestar a execução para fins de pagamento.

5.12. A contratada será integralmente responsável por todos os custos, riscos e encargos decorrentes da execução do objeto, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, EPs, deslocamentos, tributos, laudos, bem como por eventuais danos causados ao patrimônio público ou a terceiros, sem qualquer ônus adicional à Administração.

5.13. Locais de Prestação de Serviço

	Unidades	Endereço	500	1000	2000	3000	5000	10000	30000
1	Almoxarifado Insumos	Avenida JK 3287 esquina com Silva Jardim 77						1	
2	Ambulatório de Feridas	Rua Tibagi 970 esquina com Capibaribe		1					
3	Ambulatório de Saúde Mental	Rua Vereador Moacir Pereira 900					1		
4	CAPS II	Rua Lamartine Babo 780		4					
5	CAPS III	Avenida Portugal 723		3					
6	CAPS Infantil	Rua João Holler s/n			1				
7	CCZ	Avenida Maceió 1511			1				
8	CEO	Avenida Paraná 1525 – anexo ao Hospital Padre Germano Lauck	1						
9	CEM	Avenida Brasil 1777						1	
10	CER IV	Avenida Andradina 2900				3			
11	DIVS	Rua Francisco Guaraná de Menezes 665		1				1	
12	IST / AIDS	Avenida JK 2826		4					
13	SAMU Base	Rua Edgard Schimmelpfeng 2800		2					
14	SAMU Três Lagoas	Avenida João Ricieri Maran s/n	1						
15	SMSA - Sede	Rua Edgard Schimmelpfeng 2800		1				1	
16	TFD	Rua Antônio Raposo 779		1					
17	UBS AKLP	Rua Belo Horizonte s/n esquina com Bento Gonçalves		3					
18	UBS Campos do Iguaçu	Rua Paranapanema 809		3					
19	UBS Carimã	Rua Atalaia s/n		1					
20	UBS Cidade Nova	Avenida Garibaldi 4884		3					
21	UBS Jardim América	Rua Di Cavalcanti s/n		2					
22	UBS Jardim Curitiba	Avenida Silvio Américo Sasdeli s/n		3					
23	UBS Jardim Jupira	Rua Raul Pompéia s/n		3					
24	UBS Jardim São Paulo I	Avenida Monsenhor Guilherme s/n		3					

6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





# Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

25	UBS jardim São Paulo II	Rua Jorge Sanwais s/n esquina com Roberto Rikle		2					
26	UBS Lagoa Dourada	Rua Gruta s/n		3					
27	UBS Maracanã	Avenida República Argentina 2553		3					
28	UBS Morumbi II	Rua Eunápio de Queiroz s/n esquina com Jules Rimet		1					
29	UBS Morumbi III	Rua Cláudio Coutinho s/n		1					
30	UBS Ouro Verde	Avenida Javier Koelbel s/n esquina com Paulino Ferreira			2				
31	UBS Parque Presidente	Rua da República s/n	1						
32	UBS Portal da Foz	Rua Águia s/n		1					
33	UBS Porto Belo	Avenida Zacarias Vitalino de Souza s/n			4				
34	UBS Profilurb I	Rua Lulas 155			3				
35	UBS Profilurb II	Rua Boto 400	1	3					
36	UBS São João	Rua Mirim s/n esquina com avenida Gramado	3						
37	UBS São Roque	Rua Caratinga s/n		3					
38	UBS Sol de Maio	Rua Waldemar Leonardo Matte s/n	6						
39	UBS Três Bandeiras	Rua José Soares de Araújo 568		2					
40	UBS Três Lagoas	Rua Camorim 700	3						
41	UBS Vila Adriana	Alameda das Campânulas s/n		2					
42	UBS Vila C Nova	Rua O s/n	1	1					
43	UBS Vila C Velha	Rua A s/n		3					
44	UBS Vila Yolanda	Rua Vereador Moacir Pereira 900				1			1
45	UPA Dr. Walter C. Barbosa	Avenida Mário Filho s/n		3					
46	UPA João Samek	Rua Iacanga esquina com Silvio Américo Sasdeli s/n		1				1	
		<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>67</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





## *Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.7.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.

**6.8.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências definidas na legislação municipal.

**6.9.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**6.10.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.

6.10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.11.** O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.





## Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. A Gestão do Contrato será exercida pelo servidor José Aparecido dos Santos, cargo: Agente Administrativo Pleno, matrícula nº 21.849-01, e a Fiscalização do Contrato será exercida pelo servidor Celso Toshikazu Toma, cargo: Cirurgião Dentista Pleno, matrícula nº 13454-01, os quais, no exercício de suas funções, incumbirão providências para o acompanhamento e a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas para a execução regular e efetiva dos trabalhos por parte da CONTRATADA.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Do Recebimento

7.1. O aceite do objeto CONTRATADO ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento dos serviços:

7.1.1. **provisoriamente**, pelo período de 5 (cinco) dias de forma sumária, pelo fiscal, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

7.1.2. **definitivamente**, pelo fiscal e gestor ou por comissão designada pela autoridade competente no prazo de 5 (cinco) dias, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os prazos e os métodos para a realização dos serviços provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.

7.2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário da execução dos serviços, como foi prestado o serviço.

7.3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.

7.4. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.5. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.6. O prazo da disposição acima será contado do aceite de comunicação de cobrança oriunda do CONTRATADO com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o aceite parcial do objeto.

7.8. O aceite provisório poderá ser dispensado nos casos de:

7.8.1. Aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;

7.8.2. Serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços ou fornecimento parcelado até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no aceite Provisório.

7.10. O aceite provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal no cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pelo fiscal e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.15. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo CONTRATADO, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O aceite provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.20. As notas fiscais deverão ser contempladas em nome da **PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU sob CNPJ: 76.206.606/0001-40;**

## • Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

7.22. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. O prazo de validade;



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





## Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 7.23.2. A data da emissão;
- 7.23.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.23.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.23.5. O valor a pagar; e
- 7.23.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, **reiniciando-se o prazo** após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

### • Prazo de Pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

7.32. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.33. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

7.34. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

### • Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.







# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Do Critério de Reajuste/Repactuação

8.1. O CONTRATADO sofrerá reajuste quando houver o transcurso de doze meses a contar da data da apresentação da proposta, sendo ajustado o índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para fins de reajuste.

8.2. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

8.3. A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O procedimento licitatório será realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, conforme rito estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

9.2. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR LOTE, visando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando o somatório dos itens que compõem o respectivo LOTE.

9.3. A adoção do critério de menor preço por lote justifica-se pela necessidade de garantir a padronização dos serviços e a economia de escala, assegurando que uma única empresa seja responsável pela execução técnica em todas as unidades de saúde da rede.

9.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, conforme previsto no inc. IV do art. 14, da Lei nº 14.133/2021:

*IV. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;*

9.5. Licença de funcionamento da Vigilância Sanitária estadual ou Municipal da empresa participante.

9.6. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de limpeza de reservatórios de porte similar de no mínimo um ano.

### • DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA E CISAÇÃO EM COTAS PARA ME E EPP

9.7. Considerando o disposto no artigo 157 inciso I e, parágrafo 2º inciso II do Decreto Municipal 32.398 de 28 de março de 2024, para essa licitação não será aplicada a margem de preferência para fornecedores locais e regionais.





## Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Vale destacar que nas últimas licitações para contratação de empresa em limpeza de caixa de água não houve participação de três empresas sediadas localmente e regionalmente (Mapa de competitividade de Me e EPP em anexo ao ETP nº 593/2025).

9.8. Portanto, a adoção da margem de preferência local ou regional para este processo não se mostra vantajosa para a administração pública, podendo diminuir a competitividade e resultar em preços mais elevados.

### • DA NÃO CISÃO EM COTAS RESERVADAS

9.9. Considerando o objeto contratual e o eventual prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser adquirido, não haverá cota exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preconiza o Art. 49, III, da Lei 123/2006.

*“III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”*

9.10. Não há reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006; considerando que é temerária a tomada de decisão em favor das cotas e exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com item deserto ou fracassado, em virtude da ausência de fornecedores habilitados.

9.11. Em síntese, realizar o presente certame prevendo a possibilidade de cotas e exclusividade para Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte poderá representar prejuízos incalculáveis com a repetição de certame para o item deserto ou fracassado.

9.12. Em alguns casos, a divisão de cotas pode ser uma estratégia para garantir a participação de empresas menores, no entanto, em processos que envolvem prestação de serviços especializados ou em grandes volumes, a fragmentação pode gerar inconsistências na prestação destes serviços como riscos de descontinuidade e aumento dos custos operacionais com a gestão de múltiplos contratados.

9.13. A cisão de cotas em pregão eletrônico, nesse caso, poderia comprometer a eficiência do processo de contratação e a padronização dos serviços prestados. Assim, afastar ME e EPP em determinadas situações visa proteger a integridade do sistema de saúde e garantir que os serviços contratualizados tenham a qualidade e segurança necessárias.

9.14. A exclusão de ME e EPP pode ser justificada quando o objeto da licitação exige uma robusta capacidade técnica, financeira e logística, fatores nem sempre presentes em empresas de menor porte. Isso é crucial para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e a entrega regular dos materiais.

9.15. Em que pese à referida lei conceder preferência na contratação de ME e EPP, ela também prevê as situações em que se excepciona tal predileção, nesse entendimento não se aplica a cisão em cotas quando restar comprovada não ser vantajosa à Administração, representar prejuízo ao conjunto ou complexo o objeto a ser contratado.

9.16. Da variedade presume-se a necessidade de constante aperfeiçoamento e estudos para atender às manutenções mais diversas que se apresentam, bem como às orientações aos setores que farão uso dos serviços prestados. Ou seja, a cota reservada de 25% comprometeria o conjunto a ser adquirido, trazendo discrepâncias e produtos de diferentes marcas e qualidades.

9.17. A preferência prevista na LC 123/06, não é absoluta, sendo que há previsão legal para excepcional afastamento do tratamento diferenciado na própria norma.

9.18. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 49, inciso III, verifica-se que não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

9.19. Isto posto, e pela necessidade de unicidade de aquisição com fulcro na posterior prestação de contas, evitando dúvidas ou imbróglis, e também, pelo que dispõe a Lei Complementar 123/06, no tocante à cota reservada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, verifica-se exceção no caso em apreço.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 89.786,12 (oitenta e nove mil setecentos e oitenta e seis reais e doze centavos), conforme custos unitários apostos na Tabela 1 - DESCRITIVOS E VALORES UNITÁRIOS.

10.2. Os valores de referência foram adquiridos utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da ING 65/2021- SEGES/ME e o disposto na legislação municipal (Decreto Municipal nº 32.397/2024 e Decreto Municipal nº 32.398/2024): contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante pregões eletrônicos, observado o índice de atualização de preços correspondente; pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços, Banco de Preços em Saúde/SIASG, Banco de Preços Negócios Públicos, observado o índice de atualização de preços correspondente, quando necessário.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DESPESA	FONTE
10.001.10.302.0320	2194	339039	1.002/1.303
10.001.10.302.0320	2210	339039	1.496/1.303

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Foz do Iguaçu, 7 de maio de 2026.

*Datado e assinado digitalmente*

Elaborado por:

Ana Néri Mateus  
Atendente de Farmácia Sênior

Emerson de Oliveira Souza  
Diretoria de Gestão em Saúde  
Fábio de Mello  
Secretário Municipal de Saúde





*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO II  
MODELO  
DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

A

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu  
Diretoria de Licitações e Contratos  
Pregão Eletrônico nº 22/2026.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato de preços, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato de Preços, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, ..... de ..... 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e carimbo do  
representante legal da empresa

**ANEXO III - Modelo de Apresentação de Proposta**





*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MODELO

PROPOSTA COMERCIAL

(em papel personalizado da empresa)

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ IE \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Tel/Fax: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 E-mail \_\_\_\_\_  
 Banco:..... Código FEBRABAN nº..... Agência Bancária ..... Conta Corrente nº .....

A  
 Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu  
 Diretoria de Licitações e Contrato  
**Pregão Eletrônico nº 22/2026**

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para prestação dos serviços do objeto, conforme abaixo:

Item	Especificação	UN.	QTDE	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
LOTE UNICO					
TOTAL GERAL R\$					

Condições de Pagamento:

Prazo de Execução: 12 (doze) meses

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

Declaramos de que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, impostos de quaisquer natureza, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Atenciosamente

\_\_\_\_\_  
 Representante Legal da Proponente  
 Nome.:RG.: CPF.:





*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026**

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Getúlio Vargas nº 280, inscrita sob o CNPJ/MF nº 76.206.606/0001-40, doravante CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Joaquim Silva e Luna e, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante CONTRATADA, neste ato representado por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa. Considerando, as atribuições legais conferidas ao gestor municipal e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente termo contratual é a *execução de serviços de limpeza, desinfecção e higienização de caixas d'água e reservatórios nas dependências sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde, com fornecimento de mão de obra e todo equipamento e material necessário à execução do serviço, incluindo substituição de bóias quando necessário, emissão de laudo de qualidade da água e certificado de limpeza e desinfecção, bem como com as especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e edital de licitação do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, tendo em vista o que consta no Processo Digital nº 19365/2026 e seus anexos.*

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação fundamenta-se na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, demais disposições legais, no que couber.

**Vinculam-se à esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação supracitado; a Proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos supracitados.**

**Parágrafo Primeiro** - Será incorporada a este contrato, mediante Termos Aditivos, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações no objeto, especificações, prazos e/ou normas gerais, com as devidas justificativas, em conformidade com os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo** - A assinatura do presente contrato indica que a CONTRATADA possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da lei específica e a totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

**Parágrafo Terceiro** - O Sistema Eletrônico Oficial Municipal utilizado para elaboração e validação legal do presente documento é o SISTEMA DE INFORMAÇÕES DIGITAIS (SID). A assinatura eletrônica e a elaboração deste documento estão amparadas pelo Decreto nº 28.900, de 20 de janeiro de 2021; Lei nº 4.536, de 4 de setembro de 2017, que autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nº 3.971, de 17 de Abril de 2012 e 4.057, de 19 de Dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O valor o valor global estimado/contratado será de R\$ xxxxxx(xxxxxxxxxxxxxx), que será empenhado à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

- 10.001.10.302.0320 2194 339039 1.002/1.303;







## *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

**10.001.10.302.0320 2210 339039 1.496/1.303.**

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da legislação municipal.
2. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.
3. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.
4. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso.
5. Forma de Pagamento - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
9. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
10. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO**

**O prazo de vigência e execução da contratação é de 01 (um) ano, contado da sua formalização/celebração (data do contrato), nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.**

A execução dos serviços ocorrerá de forma intermitente, conforme a necessidade da Secretaria, mediante a expedição de Ordens de Serviço (OS) e emissão da respectiva Nota de Empenho.

O início da prestação dos serviços dar-se-á após a formalização do contrato e o recebimento da primeira Ordem de Serviço, respeitados os prazos de planejamento e execução definidos no Termo de Referência.

A existência do contrato de 12 meses não obriga a Administração à execução total do quantitativo estimado, que ficará adstrita à emissão das ordens de serviço ao longo do período de vigência.





*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

## CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO CONTRATUAL

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e observação do objeto constam no Termo de Referência.

1. Os serviços serão recebidos no prazo estabelecido no Termo de Referência/edital, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133). Artigo 316, I, do Decreto Municipal nº 32398/2024.
2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
7. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo estabelecido no Termo de Referência/edital, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





## *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

14. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
15. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
16. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA COMUNICAÇÃO E/OU CANAIS DE CONTATO**

Em atendimento ao Art. 269 Decreto nº 32.398, de 28 de março de 2024, em seu § 1º - Nos contratos e nas atas de registro de preços deverá constar um endereço oficial de e-mail do fornecedor CONTRATADA ou registrado, respectivamente, o qual será o meio preferencialmente utilizado para as comunicações dos agentes públicos da Administração Municipal. § 2º - Caso seja alterado o e-mail, o fornecedor CONTRATADA ou registrado deverá formalmente comunicar a Administração Municipal por meio de protocolo eletrônico formal.

As partes contratantes acordam que toda a comunicação relacionada à este contrato será realizada por meio eletrônico, através do(s) seguinte(s) endereço(s) de e-mail: [endereço de e-mail (CONTRATANTE)] e [endereço de e-mail (CONTRATADA)].

As partes se comprometem a responder às comunicações recebidas em até [dias] úteis. Caso haja necessidade de comunicação por telefone, as partes deverão entrar em contato através do(s) seguinte(s) número(s): [número de telefone do CONTRATANTE] e [número de telefone da CONTRATADA].

### **CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS e DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Checar as condições gerais do reservatório, tampa e bóia;
2. Obstruir as saídas de distribuição da caixa, a fim de não introduzir lodo, sujeiras ou resíduos na tubulação;
3. A CONTRATADA deverá utilizar a água restante no fundo da caixa para primeira limpeza; promover a higienização das partes da caixa, paredes, tampa e outros;
4. Efetuar a retirada de toda sujeira e esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; desinfecção e enxágue; fechamento e vedação da caixa d'água com a tampa; reabastecimento do reservatório e liberação do consumo;
5. No processo de desinfecção utilizar o Hipoclorito de Sódio ou outro produto aprovado pela ANVISA, compatível com o serviço;
6. A CONTRATADA deverá comprovar treinamento dos funcionários conforme estabelece a NR 33 (trabalho em espaço confinado) e NR 35 (trabalho em altura);
7. Fica a CONTRATADA responsável pela substituição das bóias, sempre que necessárias, mediante solicitação da contratante ou quando verificada a necessidade no ato da limpeza (esse item é necessário para que, havendo a necessidade da troca da bóia, não seja necessário, naquele momento, chamar outro prestador de serviço ou servidor para realizar a troca, acarretando uma demora para a finalização da limpeza);





## *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

8. O escoamento da água contida nos reservatórios é de responsabilidade da CONTRATADA, devendo efetuar a verificação prévia do melhor local a ser despejada, vindo a responder por eventuais danos causados a outrem, em detrimento de procedimento realizado de forma equivocada ou em local não adequado;
9. A cada limpeza de caixa d'água deverá ser emitido o certificado de higienização, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: 9.1.Nome da empresa CONTRATADA; 9.2.CNPJ; 9.3.Número de telefone; 9.4.Nome e endereço do local onde foi realizado o serviço; 9.5.Relação das caixas d'água e seus respectivos volumes; 9.6. Data da realização da limpeza; 9.7. Produto sanitizante utilizado na desinfecção; 9.8. Assinatura do responsável.
10. A empresa deverá enviar, também, imagens fotográficas das caixas d'água antes da limpeza e após.
11. A CONTRATADA deverá emitir laudo de análise microbiológica da água atestando sua potabilidade, assinado por responsável técnico com registro em Conselho de Classe compatível com a execução do serviço.
12. É obrigatória a utilização de EPIs por parte dos funcionários da CONTRATADA, sendo que a não utilização ensejará em notificação por descumprimento das regras de segurança do trabalho;
13. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de produtos (materiais), equipamentos, ferramentas, equipamentos de proteção individual – EPIs e quaisquer outras despesas decorrentes da execução do serviço.
14. O certificado de higienização e o laudo de análise da água deverão ser enviados por meio eletrônico no e-mail [manusaudefoz@gmail.com](mailto:manusaudefoz@gmail.com), em até 05 dias úteis após a realização do serviço. O envio do laudo, atestando a qualidade da água, é condição para certificação da nota fiscal e envio para pagamento.
15. Caso o laudo ateste que a qualidade da água seja insatisfatória, a empresa deverá refazer o serviço e realizar novo teste de qualidade, sem ônus para a Contratante;
16. A CONTRATADA deverá indicar nome de um representante para contato com o Gestor e Fiscal do Contrato a fim de fornecer informações sobre a execução dos serviços. Também deverá ser disponibilizado número de telefone e endereço de e-mail;
17. Qualquer dano causado pelos funcionários/colaboradores da CONTRATADA à Administração Pública, durante a execução dos serviços (danos à caixa d'água, danos ao telhado, etc), deverá ser reparado no prazo de até 24 horas;
18. Os serviços serão prestados de segunda à sexta-feira. Nos casos em que houver dificuldade de atuação em dias de expediente, poderão ser programados em dias de final de semana, devendo ser acompanhado por servidor designado.
19. Nos imóveis que tiverem telhas retiradas para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá proceder com a adequada recolocação e fixação.
20. Proceder à limpeza e remoção de resíduos e do lixo resultante dos serviços para local apropriado, dando destinação correta.
21. É responsabilidade da CONTRATADA, providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com deslocamento, produtos, materiais, equipamentos, laudos, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas que houver.
22. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
23. **Fazer cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (inciso XVII, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021);**
24. **A obrigação, da CONTRATADA, de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a**



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





*Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta (inciso XVI, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021).

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Promover o cumprimento do Contrato e documentos correlatos;
2. Dirimir eventuais dúvidas da CONTRATADA;
3. Cumprir os termos e prazos descritos no Termo de Referência;
4. Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;
5. Efetuar os pagamentos devidos, nos termos contratados.
6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
7. Fiscalizar a prestação de serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção.
8. Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato.
9. Quando solicitado, fornecer as informações e documentos exigidos, para que a CONTRATADA obtenha e mantenha válidas e vigentes as licenças aplicáveis.
10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias.
11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
13. Observar, no que couber, as regras do artigo 306, do Decreto Municipal nº 32398/2024.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117 caput.
2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;
3. **A designação dos agentes públicos indicados para o desempenho da fiscalização foi fundamentada no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, e conforme o Art. 22, inciso VI, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, segue dados dos gestores e fiscais ao final subscritos, bem como do Ordenador de Despesas, Fábio de Mello.**
4. **Gestor do contrato: José Aparecido dos Santos, matrícula no 21849.01, Agente Administrativo Pleno;**
5. **Fiscal administrativo: Celso Toshikazu Toma, matrícula no 13454.01, Cirurgião Dentista Pleno.**
6. A fiscalização técnica dos serviços contratados será feita pela Secretaria Municipal da Saúde através de servidor designado, que acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências determinadas na legislação municipal.



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371







*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE/REPACTUAÇÃO

1. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato, formalizado mediante apostila pela Diretoria de Licitações e Contratos.
2. O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em caso de descontinuidade ou substituição do índice adotado, as partes definirão de comum acordo um novo índice oficial, assegurando a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSTENTABILIDADE

1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
2. Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;
3. Os materiais utilizados devem ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
4. Os possíveis impactos ambientais são monitorados e mitigados por meio do cumprimento de normas ambientais vigentes, garantindo a conformidade com práticas sustentáveis.
5. A empresa contratada deve adotar medidas para minimizar seu impacto ambiental, como a gestão adequada de resíduos, a redução do consumo de recursos naturais e a conformidade com regulamentações específicas.
6. É essencial que a CONTRATADA esteja alinhada com as diretrizes ambientais, assegurando a responsabilidade ambiental ao longo de todo o ciclo de fornecimento.
7. O monitoramento constante e a conformidade com padrões ambientais são fundamentais para garantir a sustentabilidade da operação e minimizar possíveis impactos adversos ao meio ambiente.
8. Considerando a análise dos impactos ambientais e a legislação aplicável, a inclusão da logística reversa como obrigação da arrematante não é necessária para este processo específico. A prática de logística reversa é mais pertinente em contratos que envolvem a produção ou comercialização de produtos com alto potencial de geração de resíduos, como eletrônicos e embalagens. No contexto deste edital, não há evidências que justifiquem a necessidade de imposição desta obrigação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.
5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver







## *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subCONTRATADAS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.
14. Demais condições previstas no Edital de Licitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

1. Considerando o disposto no Art. 122 da Lei nº 14.133 de 2021, aplicável aos contratos firmados entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, fica expressamente vedada a subcontratação de qualquer parte do serviço/fornecimento objeto deste contrato.
2. Esta vedação de subcontratação será devidamente comunicada e incorporada ao edital de licitação e ao contrato firmado entre as partes, visando garantir a integridade, a transparência e a imparcialidade na execução do presente contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.
2. A contratada garante a qualidade dos serviços de limpeza e desinfecção pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses (ou até a próxima higienização programada), assegurando que os reservatórios permaneçam livres de agentes contaminantes decorrentes de falha na execução do serviço.
3. Caso o laudo de potabilidade ou a inspeção técnica do Fiscal do Contrato apresente resultado insatisfatório, a contratada deverá promover o refazimento integral do serviço (incluindo nova higienização e novos testes laboratoriais) no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus adicional à Administração.
4. A natureza do objeto não prevê assistência técnica continuada de longo prazo. Contudo, durante o período de garantia técnica, a contratada fica obrigada a prestar assistência para correção de vícios ou defeitos decorrentes dos serviços executados, inclusive quanto ao funcionamento das boas substituídas.





*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

5. O dever de refazimento e correção de falhas não exime a contratada das sanções administrativas cabíveis em caso de reincidência ou negligência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme o disposto no **Art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021**, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções administrativas.

O descumprimento da obrigação de manter as condições de habilitação poderá ensejar a aplicação das seguintes medidas, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato e na legislação vigente:

- **I.** Advertência e fixação de prazo razoável para a devida regularização;
- **II.** Retenção do pagamento de faturas pendentes, de forma estritamente proporcional ao débito existente, até a regularização da situação (observados os entendimentos dos órgãos de controle);
- **III.** Rescisão unilateral do contrato por culpa da CONTRATADA, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES

1. A CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e às demais cominações estabelecidas no Decreto Municipal nº 32.398/2024, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
2. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto no art. 336 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.
4. Caso a licitante e/ou CONTRATADA, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Decreto Municipal nº 32.398/2024, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Capítulo IX do referido Decreto Municipal.
5. Sem prejuízo das sanções previstas no edital e anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371





*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:
  - a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA MATRIZ DE RISCO

Em razão da natureza do objeto e da adoção do regime de empreitada por preço unitário, não se tratando de obra de grande vulto ou de contratação sob os regimes integrado ou semi-integrado, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, não se aplica à presente contratação a exigência de elaboração de mapa e matriz de riscos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, cujo teor define que a divulgação dos Contratos firmados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição





*Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

indispensável para sua eficácia e seus aditamentos, bem como a divulgação no respectivo sítio oficial (Diário Oficial Municipal-DOM) na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, Firmam as partes o presente instrumento contratual, que será assinado de forma eletrônica e/ou digital, na plataforma disponibilizada pelo Município de Foz do Iguaçu, garantida a eficácia das Cláusulas, publicado ainda em diário oficial do município, para que produza seus efeitos legais.

Foz do Iguaçu/PR, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

*Documento assinado de forma digital/eletrônica, cfe Decreto nº 28.900/2021-PMFI.*



6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL**

Número: **22/2026**

Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22-2026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação:**  
**6cec51d6-c50d-44e8-a9d5-df437eeab371**

**Hash do Documento**

**649E492363050108E4FCDA564A51D3DC2CB7B3B125FB54322500467D72C8FFC9**

### **Anexos**

EDITAL PE 022-2026 REP.LIMP. CX ÁGUA.pdf - **0416568a-c188-4260-8d31-21c43ea3fd48**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/05/2026 é(são) :

LARISSA FERREIRA (Signatário) - CPF: \*\*\*69692212\*\* em 07/05/2026 13:36:53 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

FABIO DE MELLO (Signatário) - CPF: \*\*\*34638984\*\* em 07/05/2026 13:17:08 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



**A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTES DOCUMENTOS ESTÁ AMPARADA PELO:**

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

**DESPACHOS**

**NENHUM DESPACHO REALIZADO**

